

Valorização da Realidade Política

Paulo Meneses

Há um discurso comum sobre política e valores. Quando proferido pelos que detêm o poder, legitima suas estratégias como a realização possível dos valores cultivados pela comunidade nacional. Quando articulado por seus opositores, denuncia a política vigente como pérfida traição aos valores que dão sentido às Instituições políticas¹.

Um discurso de filosofia não pode situar-se no meio ou ao lado dessas polêmicas em torno do poder. Seria antes um metadiscurso, enquanto, ao discorrer sobre esses discursos antagônicos, capta, nos pressupostos das posições em luta, a base comum que possibilita o debate: a noção da esfera política como um reino de valores, e da ação política como uma tarefa de realizar valores, cuja vigência é proclamada até no meio de suas violações de cada dia.

Vamos analisar o **Político** (a esfera, a instância do político) como um valor, e mesmo um mundo de valores; a **Política** (a atividade humana ou 'praxis' que põe em ação o político) como válida e valiosa, sendo, em consequência, a **Politização** (atitude que valoriza o político como prioritário, o interesse acentuado pela política), uma 'virtude' e não um 'vício' - como as boas almas com frequência consideram.

Contudo, as divergências em política são mais profundas que a discussão sobre a correta realização de valores admitidos. O antagonismo é mais radical, porque a luta se trava em torno de valores opostos que cada lado defende. Esse caráter antinômico - ou, se preferem, agônico - do político pertence à sua natureza. O político se estrutura em torno de dois valores polares - liberdade e autoridade - cuja oposição tem analogia com a polaridade eletromagnética: entre

seus dois pólos se estabelece a corrente, ou seja, o dinamismo, a dialética do político.

A vida política, por sua vez, é uma luta, não apenas em torno do exercício do Poder, mas sobre sua base de legitimidade, para justificá-la ou contestá-la. Uma batalha para fincar a bandeira dos valores que devem reger a vida em comum. A descoberta e a promoção desses valores - sobretudo no campo dos Direitos Humanos para onde se deslocou o conflito em nossos dias - se faz em antagonismo e, como réplica, às suas violações: emergem na manhã clara da consciência coletiva a partir das trevas de sua radical negação. Aqui se verifica a sentença oracular de Hegel, tão abrangente, que parece a lei de tudo o que é humano: "Der Geist um so grösser ist, aus je grösserem Genensatze er in sich züruckkehrt².

O Político como Valor

O Político é um valor, ou seja, a instituição política é algo positivo sobre o ponto de vista ético: não é um contravalor, ou um valor negativo, nem também um 'nêutron axiológico' sem carga (positiva ou negativa) no campo magnético dos valores. Exclui-se assim, a concepção 'maquiavélica' do político como puro campo de manobras estratégicas e astúcias táticas - um vale-tudo para conquistar, manter e aumentar o Poder. A falsidade desta visão está em ser incompleta e mutiladora: limita seu campo de pesquisa a um só dos elementos de uma realidade complexa e logo erige esse aspecto em definição do próprio objeto. É como se alguém definisse o ser humano como um tubo digestivo - que, apesar de sua importância na constituição e fisiologia do organismo, não se presta a definir adequadamente a pessoa humana³.

Infelizmente, a partir de Max Weber, o enfoque 'maquiavélico' firmou jurisprudência nos estudos de ciência política, a ponto de ser confundido com uma evidência imediata. Dali partem as abordagens dos *political scientists* americanos e de seus discípulos em tantos países⁴. Porém, a exclusão dos juízos de valor torna essa ciência política incapaz de entender a natureza do político ou o próprio objeto de suas pesquisas, substituindo-o por um postulado de filosofia positivista, erigido em ciência e definitiva verdade. Através dessa operação,

substitui-se a razão compreensiva pela razão instrumental, o que, no limite, pode dar lugar a consequências cínicas como a declaração famosa de um tecnocrata do Governo Médici: "O Estado é aético". Na realidade, o Estado a que servia com tanta desenvoltura não era aético, mas simplesmente antiético, tamanho seu desprezo pelos direitos humanos mais elementares.

Quando a razão instrumental ocupa o lugar da razão humana sensata, as consequências são desastrosas. Ao declarar que fora de seu âmbito nada é seguro e ao decretar zona de exclusão o reino dos fins - porque povoado de metafísicas nebulosas e de ideologias arbitrárias - não suspeita que nada é mais nebuloso que esse utilitarismo materialista; nada mais arbitrário que uma ideologia feita sob medida para justificar o arbítrio dos poderosos. Juristas como Kelsen aprovaram os desvios de Hitler; os 'Chicago boys' serviram com entusiasmo a Pinochet; o Estado Novo de Getúlio e o golpe liberticida de 64 encontraram intelectuais disponíveis que legitimaram seus caprichos e atentados. Não queremos culpar os positivistas de tudo que aconteceu; mas apenas acentuar que a política concebida à margem dos valores, como pura técnica de instrumentação do poder, ou como jogo tático-estratégico entre potências, tem uma 'harmonia pré-estabelecida', uma 'conaturalidade' com o maquiavelismo prático mais radical. A distância entre a CIA e a Máfia se reduz em muitos casos a zero, como se tem visto num passado recente.

Dizer que o político é um reino de fins, uma esfera de valores, equivale a reivindicar para a filosofia essa área de conhecimento. Só a filosofia alcança a compreensão do político no que tem de específico; só ela está à altura de discutir seus problemas fundamentais. Ou, dito de outro modo: ninguém escapa de filosofar quando tenta aprofundar a discussão sobre o político, a Democracia, a Liberdade, os Direitos Humanos, a Cidadania, o Poder e a Autoridade.

Talvez um momento privilegiado para surpreender o político é quando emergiu do estado difuso em que se encontrava, na teia de relações complexas de parentesco e aliança que estruturavam a sociedade primitiva, para se constituir numa Instituição peculiar e hegemônica, o que se deu na aurora das Civilizações. Os povos que saíram das matas e estepes em direção da Pólis; os selvagens que se tornaram cidadãos deram um passo considerável rumo à humanização. Por mais que os reinos e impérios bárbaros tivessem uma face cruel de coerções e opressões, apresentavam um balanço positivo; ao inaugurar a vida civilizada, permitiam acesso a novo patamar de desenvolvimento humano.

É que a Polis - como sabemos desde Aristóteles - é o espaço por excelência do diálogo, da discussão, da troca de argumentos, do exercício coletivo da crítica e da autocritica; e, portanto, do desenvolvimento da razão. Podemos comparar com as Olimpíadas, onde os corpos em competição vão batendo sucessivos recordes, devido ao confronto e intercâmbio de experiências e técnicas. No campo da inteligência, sucede algo semelhante: a razão está no universal, e, através da convergência de muitas consciências individuais, de uma pluralidade de vivências e reflexões, de muitos recíprocos conhecimentos e reconhecimentos, a Razão, a Verdade, a Justiça transparecem, conquistam adesões, formam a 'consciência coletiva'. Como se a Razão também fosse contagiosa, como se o Bem, que é por essência comunicativo, fosse um sedutor irresistível.

Desde a Antiguidade, constatou-se que as grandes civilizações surgiram na encruzilhada e confluência de povos, raças, idiomas e culturas mais diferentes ⁵. A criatividade humana entra em ebulição a partir de uma massa crítica, provocando a reação em cadeia dos espíritos. A diferença funciona como um catalizador, ensejando processos de transformação que, entregues a si mesmos, elementos homogêneos jamais encetariam.

Sem dúvida, o Estado tem sua contrapartida: um Poder soberano que se impõe às vontades dos indivíduos e os submete. Porém, quem é mais livre? O selvagem no isolamento da floresta, na vida nômade repetitiva, ou o cidadão no torvelinho de emoções e desafios, no caldo de cultura de idéias, de criatividade, que é a vida civilizada? Há, no entanto, quem considere o Estado um contravalor; às vezes por uma visão saudosista do 'bom selvagem', sonhando com as sociedades tribais, ou mesmo com os bandos do paleolítico, como se fosse a idade de ouro da humanidade. Nostalgia da liberdade pura e nua, das 'sociedades sem estado', da cultura ainda aderente aos ritmos e eflúvios da natureza, da sociedade que se representa mais espontânea e inocente.

Contudo, a crítica moderna e progressista, que rejeita o Estado, procede de Marx, o qual o considera o instrumento de repressão a serviço das classes dominantes. A alienação política está fadada a desaparecer junto com a sociedade de classes que a montou e com a alienação econômica que produziu a ambas. As releituras de Marx por Gramsci e Poulantzas matizam um pouco essa visão radical, mas sem modificá-la nas linhas básicas.

Muitos autores, argumentando que o marxismo toma a 'praxis' como critério da teoria, confrontam as teses de Marx com as experiências históricas que

delas procedem, onde o Estado e seus aparelhos se reforçaram de maneira inédita. Nada ali deixa entrever que essa hipertrofia esteja anunciando o desaparecimento do Estado. Realmente, ao ver o político invadir a esfera toda do econômico, ocupar quase todos os espaços da sociedade civil, interferir na vida pessoal, nas crenças e preferências dos indivíduos, quem diria que tudo isso se faz sob a égide de uma ideologia que deprecia o Estado e tem por objetivo destruí-lo? Então, seria a própria 'praxis' marxista que daria um desmentido à teoria, sobrevalorizando o político que se propunha esvaziar e extinguir.

Entre os que combatem o Estado há várias correntes anarquistas. Seria longo e complexo analisá-las aqui. Limitamo-nos a invocar o mesmo argumento da 'praxis', como fizemos com os marxistas. A prática anarquista européia, que, numa certa época, recorria a assassinatos de autoridades governamentais, funcionou apenas como agente provocador, estimulando uma reação autoritária mais que proporcional a seus atentados, e nunca abriu espaço a mais liberdade. Foi patética a atuação anarquista durante a república espanhola: contribuiu fortemente para desestabilizá-la, abrindo caminho aos 40 anos de ditadura fascista de Franco.

O Valor da Ação Política

As Instituições só existem, porque pessoas humanas lhes emprestam sua vida, sua capacidade de pensar e de agir. É a vida política que dá substância à Instituição política; mas é essa que lhe dá sentido. Assim, a valorização do político implica que a atividade política, a vida pública, o exercício da cidadania, são também valores.

Para o pensamento grego, isso era evidência mesma. O homem, "animal político", só se realizava efetivamente; na 'polis', espaço onde adquiria a plena estatura humana; onde as idéias se transmudavam em realidade efetiva; o mundo era plasmado segundo a Razão, que fazia triunfar o Belo, o Justo, o Verdadeiro, o Bem. A vida privada era tida como algo menor e subalterno; aderente ao biológico - conservação do corpo e perpetuação da espécie -, inferior à instância propriamente humana e racional, criadora de obras com marca de eternidade:

"ktema eis aei". Nessa linha de idéias, se a mulher, a criança, o escravo não eram considerados aptos à vida política, era porque o cidadão tinha de ser plenamente senhor de si, dotado de maturidade, descortínio e fortaleza: possuir o 'areté', - que não era a virtude cristã, mas um vigor de personalidade e grandeza humana, um misto de magnanimidade e competência. A política era parte integrante e suprema da ética. O bem-viver, a vida conforme a razão, tinha seu coroamento conspícuo na cidadania exercida na 'Polis'.

Só posteriormente vieram as separações e oposições entre a Política e a Moral. Esta, ocupando-se do foro íntimo, da privacidade do indivíduo, longe da algazarra das assembléias e agorás, cuidava de sua bela alma que fugia das realidades materiais rumo a Deus. (Fuge omoiōsis theou: Plotino). Do outro lado, o mundo político, cada vez mais avassalador, escapando à vontade livre dos cidadãos, à decisão dos indivíduos. Possivelmente os impérios - desde Alexandre até aos Romanos - são causa e consequência dessa nova visão ética. O certo é que os homens passaram a buscar a felicidade na vida privada - embora entendida de modos diversos. Os 'materialistas' buscavam-na no acúmulo das riquezas e no gozo dos prazeres; os 'espiritualistas', no cultivo que vinha de longe: o individualismo, que fazia parte da ideologia liberal, tem dificuldade até mesmo em conceber um Bem comum ou interesse coletivo que transcenda os interesses individuais. A realização do homem não passa pelo Estado nem pela comunidade política: o melhor que o Estado pode fazer é abster-se de interferir, a não ser para resguardar a liberdade do indivíduo contra qualquer agressão externa.

Quem valoriza a atividade política considera a 'politização' um dever ético, uma paixão nobre; enquanto os que menosprezam o político promovem o apolitismo e a despolitização, o desinteresse, o alheamento dos assuntos políticos. O indivíduo pretende "estar por fora" da política como se, na vida moderna, pudesse alguém ou alguma coisa escapar a uma esfera que, de certo modo, tudo abarca. Isso porque nela está em jogo o futuro da coletividade, até mesmo a sobrevivência da humanidade, quanto mais o destino e qualidade de vida de cada indivíduo e grupo elementar.

A despolitização, no fundo, é uma atitude política conservadora, pois se porta ante a ordem estabelecida como se suas estruturas fossem satisfatórias ou inabaláveis, o que contribui eficazmente para legitimá-las. Em certos contextos - como é o caso da América Latina hoje -, o apolitismo revela falta de sensibilidade humana. Como fazer de conta que não se tem nada a ver com o massacre dos

índios, os grupos urbanos de extermínio, o assassinato de líderes camponeses e de seus advogados, a mortalidade infantil crescente, a fome e as doenças que dizimam nosso povo? Não há dúvida de que o imenso desnível social, a perversa distribuição de renda, o superprivilegiamento das classes dominantes têm muito a ver com essa situação. Há inegável má-fé no ato de 'lavar as mãos' como Pilatos, como se isso apagasse a marca da cumplicidade.

O apolitismo se revela uma máscara facilmente descartável quando surge alguma ameaça séria aos beneficiários da ordem estabelecida: os 'panelaços' convocando Pinochet para o golpe sanguinário, as marchas do rosário em 64 incentivando os militares a esmagar a democracia brasileira que ensaiava umas tímidas mudanças nas estruturas. Ao contrário, foi precisa uma mobilização política considerável de setores que pareciam inertes, para acabar a guerra do Vietnã, o colonialismo na África; para pôr cobro à ditadura truculenta da Argentina; para trazer a Espanha de volta à democracia.

Porém há outras formas de apolitismo, sutis e frequentes. Têm em comum buscar a solução dos problemas políticos fora da política, como se a política não passasse de um imenso equívoco, de uma forma perversa de lidar com questões que se colocam noutro campo, onde somente podem encontrar solução. Referimo-nos ao 'moralismo' e ao 'economicismo'.

a) **O moralismo.** As boas almas, que florescem sobretudo nas alamedas das classes médias, tendem a reduzir todos os problemas de política a casos de moral. Sua expressão mais famosa é o projeto (jocoso?) de Constituição atribuído a Capistrano de Abreu: "Art. 1º: Todo brasileiro deve ter vergonha na cara. Art. 2º: Revogam-se todas as disposições em contrário." Se a classe política fosse honesta e escrupulosa, se o povo fosse responsável e sério, tudo correria bem. São irrelevantes as estruturas sócio-econômicas, as pressões internacionais, as forças históricas etc. Só importa a consciência individual, a formação sadia, os princípios morais. O homem seria tanto melhor político quanto mais puro de caráter; o político ideal seria, então, o santo. A ingenuidade é patente: os santos, em geral, são maus políticos; seu 'carisma' não é a habilidade no trato das coisas terrenas, mas das coisas divinas. Além disso, esse subjetivismo ingênuo chega a ser perigoso: reduz o mundo complexo da história, o emaranhado de níveis e instâncias, de causas materiais e de sobredeterminações, a um imperativo categórico abstrato, que, em última análise, ignora a condição humana. Vamos esperar que os homens todos se convertam à virtude para sanear as instituições e

modificar as estruturas injustas? Como determinar o bem moral em si e de forma evidente, se os homens, segundo seu lugar na ordem social, vêem o bem e o dever diversamente? Quantas pessoas virtuosas aceitam como dever reprimir a liberdade alheia (de escravos, de inimigos políticos, de mulheres)? Tanto é verdade que os homens são consequência e suporte das estruturas, quanto é certo que estas são produto da ação histórica dos homens. **Ação histórica:** toda uma dialética entre o universal, o particular e o singular; entre as limitações materiais, os impulsos das paixões, a descoberta dos valores e a luta pelos ideais; a resistência dos oprimidos, o descortínio de algumas frações das elites, a conjuntura favorável, a organização oportuna; os inevitáveis e os imponderáveis sem conta.

b) O equívoco oposto é a **ilusão economicista** ou tecnocrática. Pensar em que basta desenvolver o sistema econômico, aumentar a racionalidade da estrutura produtiva para que a qualidade de vida melhore automaticamente, a liberdade se torne efetiva e os problemas sociais e humanos encontrem solução. Nossa época tem dado um desmentido cabal a essas miragens: o crescimento econômico acompanhado de deterioração da qualidade de vida das populações; a miséria no 3º mundo expandindo-se junto com a industrialização; a fome aumentando ao mesmo tempo que a produção de alimentos se volta para a exportação. O modelo exclusivista e concentrador de renda não produz o desenvolvimento social como subproduto do crescimento econômico. As grandes fortunas se acumulam diante dos olhos de populações em nível de pobreza absoluta. E recurso a regimes autoritários e repressivos é freqüente cada vez que a indignação dos pobres passa de certos limites.

A ilusão tecnocrática não é pura como a moralista: em vez de ingenuidade, ostenta um cinismo sutil, um ar de superioridade sarcástico, que revela seu desprezo pelos direitos humanos desses cidadãos de segunda classe. Há um facismo político enrustido nesse liberalismo econômico, que pode ser assumido a qualquer momento.

Valores Políticos Fundamentais

Liberdade e Autoridade. Há uma inegável polaridade na vida política: de

um lado, a Liberdade, os Direitos; de outro, a Autoridade, o Poder, a Ordem, as Leis. Com frequência, tais termos são apresentados em conflito, como valor e contravalor, alternadamente. Essa alternância de enfoque talvez aponte uma possível solução: os termos seriam opostos como os dois pólos da corrente alternada, para garantir a tensão e a energia da vida política.

De fato, a oposição entre Liberdade e Autoridade existe mais entre suas representações abstratas do que na realidade efetiva. Um conceito suficientemente compreensivo seria capaz de contê-los a ambos numa unidade que não fosse inerte, mas dialética; que se realizasse num processo, abrangendo os diversos momentos numa totalidade una e complexa como a própria vida.

Com efeito, o sentido do Poder, da Autoridade é manter a ordem, as leis, a disciplina coletiva, que existem justamente para permitir a realização da liberdade. Autoridade vem de "augere", através de "auctor" (o que faz crescer). Autorizar é dar espaço, criar as condições para a liberdade. Entretanto por liberdade não se entende, nesse contexto, a anarquia de instintos e caprichos, mas a liberdade sensata, razoável, que conhece seus limites na liberdade dos outros, no respeito aos direitos alheios, quando nada, para reivindicar respeito igual a seus próprios direitos. É a liberdade do homem solidário que se realiza em comunhão com os demais, que vive num clima de reciprocidade e reconhecimento e que 'conspira' com os outros membros da sociedade em busca de objetivos comuns.

A Lei é "expressão da vontade geral". Já os juristas romanos diziam: "Lei é o que o povo ordena". A razão legisladora é a suprema expressão da vontade livre. Assim, Lei e Liberdade não parecem antagônicas, nem mesmo complementares; mas, antes, resultado uma da outra, como a árvore e a semente, a flor e o fruto.

A vida política se move em círculos, "feed-backs", causalidades recíprocas. Se o respeito às leis é garantia de liberdade, o desrespeito às leis, uma ameaça à liberdade de todos, inclusive à do infrator da lei. É erro nefasto e política suicida agir como se a Lei e a Liberdade fossem contravalores. Fatalmente os dois extremos andam juntos, tão inseparáveis são a Lei e a Liberdade. O extremo da anarquia, da anomia, da falta de espírito público provoca o outro extremo: autoritarismo, tirania, ditadura. "O abismo chama o abismo" como diz o salmo. Assim o autoritarismo, desrespeitando a Liberdade e os direitos humanos, provoca o descrédito das Instituições e torna o indivíduo inimigo das leis, muitas

delas celeradas, pura formulação do arbítrio, como era o famigerado A.I.-5 brasileiro. Por outro lado, a anarquia, a desordem endêmica, a inépcia dos governos terminam por cansar as populações, que, em desespero de causa, podem apoiar um caudilho qualquer que se proponha restabelecer a lei e a ordem. Só que, nessa luta do mar com o rochedo, do poder despótico e as ânsias insatisfeitas e indômitas, quem sai perdendo é o povo e o futuro da sociedade como Nação.

Que lucrou a Bolívia com mais de um golpe de estado por ano de vida independente? E a Argentina com as recaídas cíclicas entre caudilhismo populista e ditadura militar? E o Brasil, nessa montanha russa de inflação galopante e de pacotes autoritários de congelamento? O povo desorganizado produz governantes corruptos que ainda aumentam o nível de desordem e desesperança entre o povo e abrem a porta à perpetuação de políticos fisiológicos e cínicos.

Há uma educação para a democracia, porém só pode ser cumulativa. Não oscilar entre extremos de anarquia e autocracia, mas, ao contrário, manter uma tensão criadora entre os dois pólos em presença. Simultaneamente aperfeiçoar o exercício da liberdade e o império das leis e assumir, com igual empenho, os dois valores, já que um não é a negação do outro, mas a condição que sejam opostos, que formem uma polaridade, incompatível com qualquer reducionismo: como um processo interminável, cujo ponto de equilíbrio está sempre além e adiante de cada posição alcançada, e só no movimento, na superação contínua, encontra sua harmonia peculiar.

Conclusão

O caráter conflitivo parece tão inseparável do político, que não seria exagerado considerá-lo constitutivo. Assim a politologia seria uma polemologia, e não só a "guerra é uma continuação da política por outros meios", como dizia Clausewitz, mas a própria política é uma guerra continuada por seus meios peculiares. Vimos, no começo, que o discurso filosófico vai resgatar o político no meio de polêmicas exasperadas entre os que detêm e os que ambicionam o poder. Pedro Demo define o Poder político como fato social por sua característica de ser contestado. Marx, quando unia o fenômeno do Estado à divisão da sociedade em

classes - no que Lévi-Strauss o acompanha -, estava dando ênfase a uma das oposições que está no âmago da vida política civilizada. O filósofo político francês, Freund, construiu toda a sua teoria política sobre o conflito e a distinção entre amigo e adversário.

Esse caráter conflitivo do político leva a muitas confusões e mal-entendidos. Pois o sentido comum fica perplexo ao ver os valores políticos mais sagrados para uns, contestado e violado por outros: como se tudo fosse relativo. Ou de assistir, enquanto uns falam do progresso dos direitos e das liberdades, às violações, aos atentados aos mesmos se tornarem mais frequentes e escandalosos. Parece um paradoxo, porém é verdade: o aprofundamento da consciência política, a urgência e premência dos valores se realizam ao mesmo tempo que sua mais cabal negação. Tomemos alguns desses tópicos tão em evidência em nossos dias: democracia, participação, direitos humanos.

Não perde de nenhuma época histórica a truculência do autoritarismo a que se assistiu em nossos dias. A liberdade de povos, de continentes inteiros foi esmagada por déspotas que tinham a seu dispor as técnicas científicas modernas. Mas é também inegável que o valor da liberdade, da participação, dos direitos humanos conquistou a consciência dos homens de nosso tempo. Os horrores de Hitler, de Stalin e de tantos absurdos despóticos e colonialistas foram decisivos para isso: despertaram as consciências, puseram, por contraste, em evidência os valores - que, em épocas mais tranquilas, pareciam embotados. Se as violações dos direitos humanos escandalizam, se fazem manchete e suscitam ondas de indignação e de protestos que varrem o mundo, seria bom lembrar que, em outras épocas - não muito distantes -, enormidades genocidas, tráfico de escravos, métodos coloniais etc. suscitavam raros protestos ou eram vistos como coisas naturais, justificadas por 'razões de Estado'. Hoje em dia, à medida que se luta contra as discriminações, mais discriminações aparecem para serem combatidas. Não é que antes não existissem, mas faziam parte da paisagem ou da cultura, e mesmo do 'bom senso' em tantas sociedades...

Assim não admira que novos Direitos Humanos venham ocupando a cena política quando os excessos de seus adversários despertam a revolta na consciência dos cidadãos. Foi dessa maneira que a ecologia e o direito do homem a viver num mundo habitável surgiram ante a devastação furiosa da natureza, que começava a ameaçar a sobrevivência do homem como espécie. A tremenda e maciça desinformação, que os grandes meios de comunicação promovem a

serviço do Capital e do Poder, está suscitando, aos poucos, a consciência do direito à informação - numa luta ainda desigual que enfrenta um cartel de interesses que lembra a máfia do narcotráfico ou a colonialista 'Guerra do ópio'. Mas já começa a surgir, como uma ponta de "iceberg", a revolta das populações frustradas pelos meios de comunicação que existem para informar, mas que faturam melhor desinformando. Em atraso sobre a consciência ecológica, lutando contra poderes implacáveis, esse 'Direito à verdade' tem grande caminho e muitas batalhas pela frente, mas seu resultado não deixa dúvida: a desinformação, uma vez desmascarada, já não poderá passar como um 'direito adquirido' dos grupos econômicos e dos poderes estabelecidos; os cidadãos vão encontrar mecanismos políticos e remédios jurídicos para conter e neutralizar o monstro. Poderão lutar de igual para igual e conseguir vitórias substanciais.

Que papel tem a filosofia nesses conflitos? Um papel indispensável, fundamental, já que a luta se trava sobre problemas eminentemente filosóficos. Os positivistas queriam levar o filósofo a confessar, como Fernando Pessoa: "Sou o Senhor Donatário de minhas ilhas de bruma". Mas, eis que os problemas mais candentes de nosso tempo levam o filósofo para o centro do torvelinho, para o epicentro dos abalos, donde parece surgir um mundo novo sob as ruínas do antigo. Encontram-se certamente homens políticos e politólogos que tecem hábeis justificativas e teorias que, no fundo, são filosóficas, pelo próprio nível de radicalidade e globalidade em que as questões se colocam. Porém, se forem comparadas, por exemplo, com as reflexões políticas de Platão ou Aristóteles, Kant ou Hegel, vê-se a diferença entre os improvisos de um amador esperto e as análises do pensamento especulativo sistemático. Em nossos dias, a própria sobrevivência da vida sobre o planeta está em jogo; o sentido do homem, da cultura e da civilização são contestados e ameaçados; talvez como nunca. Por isso mesmo, nunca foi tão necessária uma reflexão propriamente filosófica sobre Política e Valores.

Notas

¹Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. p. 345: "Os adversários de um regime político não reconhecem de bom grado que este evolui: condenam-no, em bloco, repelindo-o

para fora da história, como uma espécie de intervalo monstruoso, somente no fim do qual a vida recomeçará. Completamente distinta é a concepção de seus partidários, e sê-lo-á tanto mais quanto mais intimamente participarem, num grau elevado, do funcionamento do aparelho".

²HEGEL. *Fenomenologia do Espírito*. Rio de Janeiro: Ed. Princeps. p. 279: "O Espírito tem uma grandeza tanto maior, quanto mais extrema é a oposição da qual efetua o retorno sobre si mesmo".

³DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Atlas, 1980. p. 139 - Ver também sua citação de Adorno, p. 138.

⁴Uma excelente crítica da filosofia política subjacente a essas teorias sociais é o livro de VOEGELIN, Eric. *A Nova Ciência da Política*. Brasília: UNB, 1976. (Coleção Pensamento Político, 12)

⁵LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Paris: Unesco, 1952, apud *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. p. 360.

Paulo Meneses é professor do Departamento de Filosofia da Unicap. Recentemente, traduziu para o português o livro Fenomenologia do Espírito de Hegel para a Editora Vozes, de Petrópolis.